

INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE DO GANTOIS EM SALVADOR – BA

INTERVENCIÓN EN LA COMUNIDAD GANTOIS EN SALVADOR - BA

INTERVENTION IN THE COMMUNITY OF GANTOIS, IN SALVADOR - BA

Eixo Temático 3 - Interfaces entre Universidade e Sociedade através do projeto: ensino, pesquisa e extensão.

Ana Julieta Figueiredo Garcia
Cláudia Aline Schweikart de Santana
Gabriela Marcilio Rabelo Alves
Igor Gonçalves Queiroz
Juliana Nascimento Rocha
Lucas Prates Santana
Mariana Santos Britto
Matheus Caldas Tanajura
Rachel de Oliva Perdigão
Taís Azevedo Nunes Santos

Estudantes de Graduação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFBA
Membros do Curiar - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo da UFBA

Rosana Muñoz

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
Universidade Federal da Bahia

Renata Inês Burlacchini Passos da Silva Pinto

Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
Universidade Federal da Bahia

Resumo: O Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo - CURIAR, criado em novembro de 2011, a partir da discussão e vivência dos estudantes de arquitetura da Universidade Federal da Bahia, tem como meta encontrar formas de contato e articulação com comunidades carentes, prestando serviços de arquitetura e urbanismo de forma participativa. Neste sentido, tem focado sua atuação na comunidade do Gantois, localizada no Bairro da Federação, em Salvador, Bahia. Os objetivos deste trabalho são apresentar a intervenção de requalificação de um dos principais acessos ao local e os resultados das primeiras etapas do Plano Participativo de Melhorias para o Gantois e seu entorno. Dessa maneira, serão abordados temas como a apreensão do ambiente urbano, a apropriação do espaço público, as formas de aproximação com a comunidade, a importância da identificação e memória local e a relação dos moradores com o Terreiro do Gantois. Ressalta-se a importância deste trabalho pelas ações que visam o resgate da cidadania; pelo exercício do olhar crítico sobre a Cidade visando aprofundar a consciência ética; pela promoção de uma Salvador mais justa e inclusiva; e pela construção participativa de mecanismos que objetivam legitimar a comunidade na escala da vizinhança e da cidade, tendo como base as demandas por ela estabelecidas, com vistas a assegurar as condições adequadas para sua reprodução social, ambiental e urbana, configurando um pleno direito à cidade.

Palavras-chave: Espaço urbano, comunidade, percepção do espaço, intervenção.

Resumen: El Escritorio Modelo de Arquitectura y Urbanismo – CURIAR, creado en noviembre de 2011, a partir de la discusión y la experiencia de los estudiantes de arquitectura de la Universidad Federal de Bahía, tiene como objetivo encontrar la forma de contacto y enlace con las comunidades pobres, ofreciendo servicios de arquitectura y urbanismo, en un proceso participativo. Así, ha centrado sus actividades en la comunidad Gantois, ubicada en el barrio Federación, en Salvador, Bahía. El objetivo de este trabajo es presentar la intervención de renovación de la escalera de acceso al local y sus conclusiones y los resultados de la primera fase del Plan de Mejora Participativa para el proyecto espacial que se está desarrollando en la

comunidad. Por lo tanto, se discuten en el texto la aprehensión del entorno urbano, la apropiación del espacio público, el proceso de aproximación con la Comunidad Gantois, la importancia de la identificación y memoria local y la relación de los residentes con el Terreiro Gantois. Se hace hincapié en la importancia de este trabajo por las acciones dirigidas a la promoción de la ciudadanía, mediante el ejercicio de mirada crítica sobre la ciudad para profundizar la conciencia ética, por promoción de una Salvador más justa e inclusiva, y la construcción de mecanismos de participación que pretenden legitimar la comunidad en la escala del barrio y de la ciudad, con base en las exigencias establecidas por el mismo, a fin de garantizar las condiciones adecuadas para su reproducción social, ambiental y las zonas urbanas, la creación de un pleno derecho a la ciudad.

Palabras-clave: Espacio urbano, comunidad, percepción del espacio, intervención.

Abstract: The Model Office of Architecture and Urbanism - CURIAR, was created in november of 2011, from the discussions and experiences of architecture students at UFBA (Federal University of Bahia) aiming to find ways of contact and articulation with poor communities, providing services both in architecture and urbanism, in a participative architecture. These activities are focused in the Community of Gantois, located in the neighborhood of the Federação, in Salvador, Bahia. The objective of this paper is to present the results of the first stage of the Participative Improvement Plan being developed in the community. So, in the text will be discussed the process of drift, an approximation with the community of Gantois and an apprehension of the urban environment and the importance of identifying and local memory and the relationship with the residents Terreiro do Gantois. We highlight the importance of this work by the actions aimed at promoting citizenship, by exercising critical eye over the city to deepen ethical awareness, by promoting a more just and inclusive Salvador, and the construction of participatory mechanisms that aim to legitimize community on the scale of the neighborhood and the city, based on the demands established by it, in order to ensure the right conditions for their social reproduction, environmental and urban configuring a full right to the city.

Keywords: Urban space, community, space perception, intervention.

INTERVENÇÃO NA COMUNIDADE DO GANTOIS EM SALVADOR – BA

INTRODUÇÃO

Este artigo vincula-se ao Projeto de Extensão Universitária CURIAR - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) da Universidade Federal da Bahia, criado em novembro de 2011. A proposta é a de estabelecer uma relação entre a Universidade e as comunidades, estimulando a formação crítica e criativa à medida que acontece a comunicação entre os saberes acadêmicos e populares.

O EMAU, idealizado pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura, caracteriza-se como um trabalho voluntário em que os participantes, através do diálogo e da troca de experiências, realizam serviços de assistência técnica e intervenções de forma participativa e multidisciplinar, de maneira em que a comunidade se aproprie do produto gerado, se identifique e se autossustente sem a presença da Universidade.

Em síntese, "(...) não se propõe a realização de propostas prontas e acabadas, mas trabalha-se com a possibilidade de uma ação compartilhada e flexível, onde a arquitetura é vivida enquanto processo" (POEMA, 2007, p.19). Logo, nota-se que não são medidas meramente assistencialistas, mas sim que buscam o despertar da consciência, a mobilização e engajamento de grupos sociais, o entendimento das relações entre moradores e suas apropriações do espaço público, a compreensão dos anseios e necessidades da comunidade e, por fim, a atuação conjunta com os moradores locais, envolvendo-os desde o planejamento até à execução das intervenções coletivas.

No sentido de trabalhar com comunidades, foi identificada a possibilidade de atuação na comunidade do Gantois, localizada em frente à Faculdade de Arquitetura da UFBA, no bairro da Federação, em Salvador, Bahia (Figura 01). O primeiro contato dos estudantes com o local revelou a configuração do local como um assentamento de baixa renda, sem representação comunitária, com tipologia urbanística caracterizada por pequenos lotes, alta densidade, vias estreitas e tortuosas com íngremes ladeiras e escadarias, bem como carências

infraestruturais e de serviços e qualidade precária das habitações e do meio ambiente.

Figura 01: Localização da comunidade do Gantois.



PRINCIPAIS VIAS:

— Av. Anita Garibaldi
— R. Caetano Moura
— Vrte. Souza Uzel

● GANTOIS
● FAUFBA

Fonte: Elaboração dos autores, a partir de imagem de satélite disponível no Google Earth, 2012.

Diante do exposto, o presente artigo visa apresentar as intervenções coletivas realizadas e as etapas da elaboração e execução do Plano Participativo de Melhorias para a Comunidade do Gantois e seu entorno.

Nessa localidade, destaca-se o Terreiro Ilê Iyá Omin Axé Iyámassê (Figura 02), tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2002, pelo seu valor cultural e relevância para a memória nacional, do ponto de vista histórico, étnico, antropológico e social. O bem está inserido em um sítio constituído por duas áreas de proteção rigorosa: a primeira, que compreende as edificações de uso religioso e o seu entorno, as árvores isoladas e a área verde contínua ao terreiro; e a segunda, que engloba o entorno imediato da área anterior (SALVADOR, 1985).

Figura 02: Terreiro Ilê Iyá Omin Axé Iyámassê, conhecido como Terreiro do Gantois.



Fonte: Arquivo dos autores, 2012.

HISTÓRICO DO TERREIRO ILÊ IYÁ OMIN AXÉ IYÁMASSÊ

Na segunda metade do século XIX, o terreiro é fundado em terras que pertenciam a um estrangeiro de sobrenome Gantois. Neste período, o local, que hoje abriga o bairro da Federação, era apenas uma região que reunia sítios e grandes fazendas. A implantação nesta localidade está relacionada ao receio que os adeptos ao Candomblé tinham de possíveis intervenções de autoridades em seus cultos, tidos como proibidos. Como naquela época a perseguição ao Candomblé era muito forte, decidiu-se que o Barracão (espaço onde ocorrem os rituais sagrados) seria construído no centro de uma clareira cercada por um pequeno bosque, em uma área elevada da região. Tinha-se, assim, uma localização estratégica, tendo como único acesso uma pequena trilha.

Foi a partir da implantação do Terreiro do Gantois e da ocupação do seu entorno que, de forma lenta, o espaço passou a se configurar como uma área de expansão residencial urbana e se constituiu no bairro do Rio Vermelho de

Cima, mais tarde denominado Federação. Outros fatores, como a reconstrução do Cemitério do Campo Santo, ainda na primeira metade do século XIX, sinalizaram o desenvolvimento da territorialidade na região.

Sobre o processo de tombamento, observa-se que a Legislação Municipal de 1983 já previa a proteção dos sítios de valor paisagístico através das delimitações de áreas de terreiro, sendo esses limites regidos por parâmetros específicos de uso e ocupação do solo, denominados Áreas de Proteção Cultural e Paisagística (APCP), que preservavam os locais de terreiro contra desmembramentos, invasões, gabaritos e usos inadequados em seu entorno.

Considerando o explicitado acima, no início do ano de 2012, receosos com a possível descaracterização da imagem do Terreiro do Gantois - devido à velocidade de crescimento vertical das habitações lindeiras - e, após ter acionado, sem sucesso, órgãos competentes para fins das devidas providências, os representantes do Terreiro recorreram à Faculdade de Arquitetura da UFBA com o intuito era de firmar uma parceria, objetivando encontrar meios que facilitassem o diálogo entre o Terreiro e a população local através do auxílio aos moradores sobre "como construir a sua residência" e a instrução sobre os preceitos que regem a educação patrimonial. Por se tratar de uma demanda específica em uma comunidade, contactou-se o Escritório Modelo de Arquitetura da UFBA, o Curiar.

DIRETRIZES

O conhecimento de que o monumento histórico compreende não apenas a criação arquitetônica isolada, mas também o sítio em que ela está inserida, está intrínseco em qualquer discussão patrimonial atual, como preconizava a Carta de Veneza, de 1964. No que tange aos edifícios tombados em áreas urbanas, constata-se que a interferência nos assuntos urbanísticos, como o uso do solo e a configuração física das cidades, extrapolam as questões artísticas e históricas, ressaltando, assim, a consideração do conjunto como integrante de um contexto amplo de espaço urbano, com suas especificidades físicas, sociais, culturais e ambientais.

De acordo com esta constatação, destaca-se a relevância do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, art. 18 (BRASIL, 1937), que expõe que a visibilidade do bem tombado é protegida por lei, visto que o edifício pode vir a perder a sua ambiência e o seu sentido histórico caso venha a ter obstáculos que impeçam a sua leitura. Desta forma, embora não apresente valores históricos e artísticos suficientes para tal significância, o espaço circundante apresenta-se vinculado ao monumento e, portanto, necessita ser protegido.

É percebido, assim, que as medidas referentes ao tombamento são a validação e afirmação de que um bem cultural terá manutenção e proteção garantidas. Entretanto, é observado, muitas vezes, que a preservação, aprovada por lei, torna-se ineficiente caso esteja desassociada do exercício preliminar de sensibilização patrimonial.

Evidencia-se, então, a importância da população associada a este entorno - e, por consequência, a este bem -, como atuante na valorização e preservação do edifício tombado, dado que

a compreensão de que os bens culturais nos permitem refletir sobre a nossa própria historicidade; a percepção de que o patrimônio cultural guarda em suas nuances as múltiplas experiências dos homens no tempo e que a sua preservação é uma garantia para que as futuras gerações tenham acesso à herança cultural e uma memória coletiva plural da nação, são as condições imprescindíveis para a consolidação e a efetivação de políticas patrimoniais. (VIEIRA NETO, 2010, p. 3)

Neste sentido, entende-se que a garantia de uma ampla participação popular - considerando a heterogeneidade das experiências sociais e sem estabelecer dicotomias entre etnias, gêneros ou religiões -, firma-se como um embasamento essencial para a prática da cidadania, além de viabilizar a inclusão social e

possibilitar aos moradores perceberem-se enquanto participantes de um processo histórico comum e portadores de identidades e culturas plurais. Percepção esta indispensável quando se busca um reforço da auto-estima individual e coletiva, a proteção e valorização do patrimônio cultural e o auto-reconhecimento de indivíduos enquanto

sujeitos históricos capazes de atuar criticamente sobre a realidade em que vivem. (VIEIRA NETO, 2012, p. 4)

Dessa maneira, observa-se que, em bairros populares, o elemento essencial para as políticas contemporâneas de preservação é a troca de experiências entre saberes técnicos e populares na construção e a aplicação dessas políticas de forma participativa (e, portanto, democrática), visto que preservar significa também respeitar o cotidiano de uma comunidade que mantém as suas tradições e costumes estabelecidos ao longo do tempo.

Entretanto, como compartilhar as teorias e lógicas patrimoniais com os moradores? Como entrar nas suas casas e definir de que maneira eles terão que construir de modo a não interferir na paisagem? O que é paisagem? O que é patrimônio?

Foi notado, nas visitas iniciais feitas pelos membros do Curiar, que o entendimento do espaço público e o sentimento de pertencimento não aconteciam, e que as apropriações do espaço comum ocorriam de maneiras individualizadas, visto que, pela ausência de locais associados ao lazer e ao bem estar, os moradores limitavam-se aos espaços internos das suas residências e, alguns, às calçadas.

Conclui-se, portanto, que, ao invés de um mero auxílio aos moradores sobre como expandir sua residência sem descaracterizar a imagem do patrimônio, um trabalho de base precisava ser iniciado objetivando criar uma relação de identificação, cuidado, apreço e sentimento do espaço público como uma extensão da própria residência, para que, enfim, surgisse o entendimento da importância do patrimônio e seu entorno.

Assim, mediante a análise das primeiras percepções - que explicitavam demandas potenciais de intervenção devido às problemáticas de infraestrutura encontradas no local - decidiu-se por viabilizar a melhoria de um dos principais acessos à comunidade, com o intuito de resignificar a escadaria e estimular a participação e envolvimento dos moradores, se baseando no pensamento de que participar e se engajar em ações coletivas deste gênero significam também um processo de "aprendizagem" do espaço público e da cidadania.

INTERVENÇÃO NA ESCADARIA

Diferente da criação de meros cenários cotidianamente inutilizados, é visto que as intervenções enraizadas nas metodologias da participação popular e na construção coletiva atendem necessidades reais e criam vínculos dos moradores participantes com o local. Dessa forma, tais intervenções acabam não só por requalificar a realidade pré-existente, mas também por criar um vínculo das pessoas com os espaços.

Desse modo, na tentativa de instigar a relação indivíduo/espço público, a intervenção na escadaria, ocorrida em julho de 2012, contou com a participação dos moradores do Gantois e da Vertente Sousa Uzel, do grupo Canteiros Coletivos (que propõem a recuperação de áreas verdes públicas abandonadas, através da limpeza, do plantio e da arte), com o mosaicista Eliezer Nobre e a arquiteta Josane Oliveira (que ministraram uma oficina de mosaicos para revestimento dos espelhos da escadaria) e com mais de 120 estudantes do curso de arquitetura e urbanismo de todo o Brasil que estavam participando do XXXVI Encontro Nacional dos Estudantes de Arquitetura (Figura 03).

A inexperiência em ações coletivas e o hábito de esperar por decisões dos poderes públicos, fez com que a quantidade de moradores participantes na requalificação do espaço fosse pequena. Entretanto, o não engajamento imediato por alguns é normal diante da iniciativa do trabalho voluntário, que produz, como primeira reação, certa desconfiança e estranhamento.

Figura 03: Participação dos moradores da comunidade, dos estudantes participantes do ENEA e dos membros do Curiair EMAU na requalificação da escadaria.



Fonte: Acervo dos autores, 2012.

Por outro lado, além de criar laços com a comunidade, melhorar as condições de acessibilidade (Figura 04) e embelezamento do local (Figura 05), a ideia de preservação e melhorias no espaço público contagiou os moradores do entorno. Como exemplo, pode-se citar o caso de um personagem bastante popular entre os moradores, Sr. Paulo da folha, que, prontamente, reformou e revestiu com placas cerâmicas o calçamento em frente a sua barraca. Adicionalmente, pode-se mencionar a manutenção que os empregados da oficina J.J. Motos estão prestando ao canteiro de flores.

Figura 04: Execução dos novos degraus, com o intuito de igualar as alturas dos espelhos.



Fonte: Acervo dos autores, 2012.

Figura 05: Escadaria antes e depois da intervenção.



Fonte: Elaboração dos autores, a partir das imagens do acervo dos mesmos, 2012.

O PLANO PARTICIPATIVO DE MELHORIAS PARA A COMUNIDADE DO GANTOIS E SEU ENTORNO

No sentido de dar continuidade às ideias explicitadas e de estimular a participação dos moradores no processo e a identificação com a causa, surgiu a proposta da criação do *Plano Participativo de Melhorias para a Comunidade do Gantois e seu Entorno*. O projeto visa a elaboração de um instrumento base para a intervenção e gestão da comunidade do Gantois, baseado na tríade da sustentabilidade (comunidade socialmente justa, ambientalmente equilibrada e economicamente viável) e nos preceitos de tombamento, em paralelo com a realização de ações sociais e intervenções em espaços públicos, expressas na construção coletiva e na formação e capacitação de líderes comunitários.

O plano participativo é a primeira instância de participação da população no planejamento da cidade, quando a vivência do cidadão extrapola os limites da sua residência. A partir dele, os moradores passam a ver, com maior clareza, o seu bairro como local de uma vida comunitária e de usufruto de serviços que vão desde a infraestrutura até aqueles mais complexos que compilam saúde, educação, cultura e lazer (SALGADO; SALGADO, 2011). O plano previsto nesta proposta compreenderá, em escala local, os aspectos atuais ligados à infra-estrutura, à arquitetura e ao urbanismo, além das necessidades futuras para o desenvolvimento da comunidade, principalmente em relação aos equipamentos comunitários públicos.

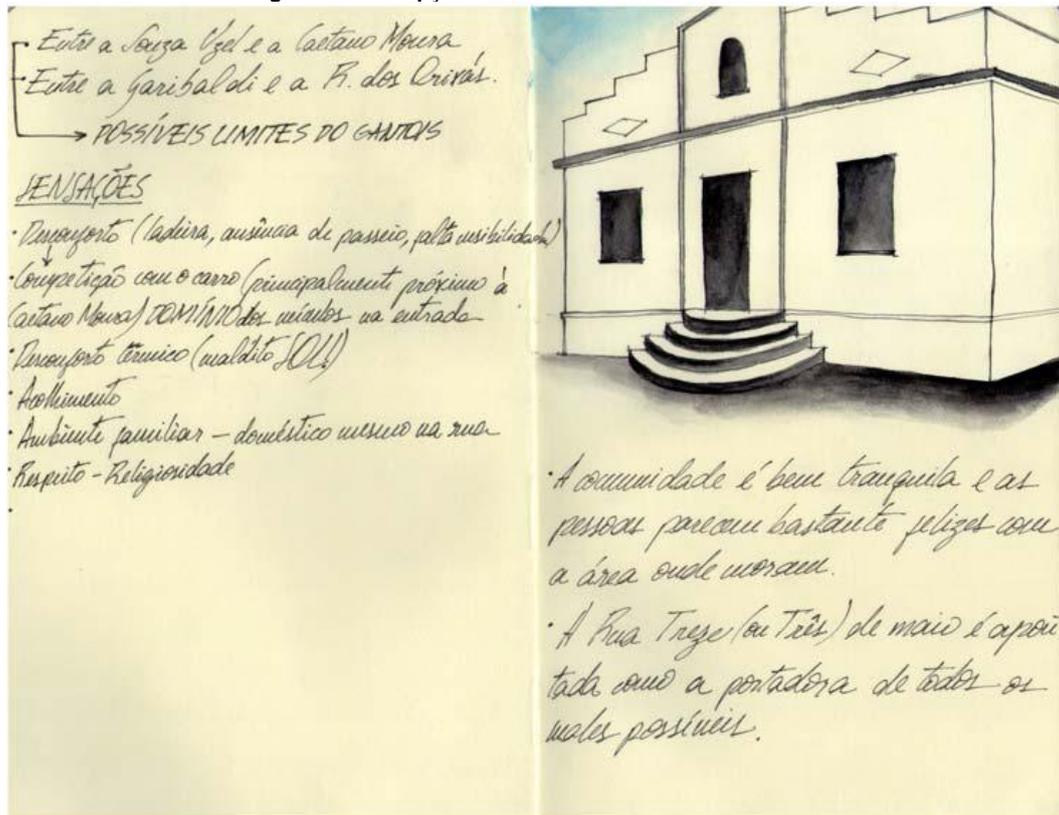
Percepções e aproximação com a comunidade

De acordo com o cronograma estabelecido pelo Curial, a etapa inicial baseou-se nas experiências sensíveis no espaço, em seus aspectos físicos e subjetivos (Figura 06), a partir da aproximação dos estudantes à área de estudo e de suas percepções in loco.

Apreender sensivelmente a cidade parte do entendimento de que "(...) apesar de válidos, os indicadores tradicionais não conseguem, sozinhos, dar respostas suficientes aos micro processos urbanos" (PENA; WAN-DALL JUNIOR, 2012, p.49). Assim, com o intuito de estudar a relação pedestre-espaço público em

distintas ambiências e temporalidades, obtiveram-se, como resultados, percepções que concordavam em algumas questões, mas discordavam em outras - o que tornaram as percepções ainda mais ricas e relevantes para o entendimento do conjunto.

Figura 06: Percepções sobre a comunidade do Gantois.



Fonte: Acervo de Adalberto Vilela, 2012.

Dentre as técnicas examinadas aplica-se a teoria da deriva, cujo conceito consiste em passagens rápidas por ambiências variadas, com objetivo de locomoção determinada, não por instintos ou pré-conceitos, mas "pelo próprio determinismo do local e suas relações com a morfologia social" (DEBORD, 2003, p.87). Contrapondo-se a esta metodologia, foi apresentada também a técnica caracterizada pelo simples exercício de sentar e observar a comunidade em sua forma mais natural e cotidiana.

Ambos os métodos focavam tanto nas informações de caráter sensitivo - como traços, cores, texturas, sons, cheiros, formas -, quanto nas percepções acerca das características físicas, de usos e transformações do ambiente. Diferentemente dos registros sensíveis, que constituem um aspecto visivelmente mais complexo e pessoal, a análise das características físicas

abordaram demandas vistas como emergenciais - como as problemáticas referentes ao saneamento básico, pavimentação, iluminação pública, estado de conservação das habitações, vegetação, topografia, dentre outros.

A etapa subsequente consistiu na aproximação com a comunidade através de conversas informais (Figura 07), a priori sem cunho de pesquisa ou coleta de dados estatísticos, mas com o objetivo de estimular o olhar crítico do morador para com a sua vizinhança e o espaço público, através da reflexão sobre as carências da comunidade e as demandas prioritárias.

Figura 07: Conversa com D. Carmen, proprietária do mercadinho e moradora do Gantois.



Fonte: Acervo dos autores, 2012.

De forma proposital, a aproximação (que em alguns momentos, foram iniciadas pelos próprios moradores) não contou com um embasamento teórico aprofundado diante da vontade de estimular trocas de experiências de maneiras naturais e espontâneas e da intenção de não apresentar abordagens metodológicas preestabelecidas, obedecendo ao desejo dos integrantes de adaptar a aproximação às especificidades dos moradores na medida em que a conversa fluía.

Entretanto, decisões estabelecidas previamente pelo grupo nortearam tais diálogos com os habitantes. Como exemplo, cita-se a busca constante de uma relação igualitária com os moradores e a disposição em ensinar e aprender, o que colocou os membros do Curiar como "(...) catalisadores e não como a vanguarda "iluminada" que chega com um projeto pronto a ser aplicado sem contestação" (NUNES, 2002, p.15).

Desta forma, ao instigar os moradores à reflexão sobre o espaço em que vivem, foram descobertos alguns pontos, que, a princípio, passaram despercebidos pelos integrantes e que não poderiam ser obtidos de nenhuma outra forma que não fosse a partir de conversas com os próprios moradores da região.

Em síntese, as percepções convergiram para os seguintes quesitos:

a) Apropriação do espaço público

b) Caracterização do espaço urbano

Dicotomias | Apesar de não existirem divisões físicas, é observado que existe certa separação, pelos moradores, da região conhecida como Alto do Gantois com as Ruas Garibaldi e Souza Uzel.

Espaços públicos | O calçamento está depredado ou ocupado por lixo, carros estacionados e mesas de bares. Os pedestres dividem o espaço com os carros e motos no meio da rua, visto que não se andam nas calçadas mesmo nas conservadas. Não existem lugares formais de lazer, nem de estar. Geralmente, as crianças utilizam as garagens das casas, quando sem carros, para se divertirem.

Habitações | O bairro em geral apresenta casas com características bem antigas e com preocupação estética nas fachadas, porém com o desgaste natural do tempo e da ausência de manutenção. As casas com características mais humildes, com tijolo aparente e acabamentos precários, também podem ser encontradas na parte mais interna do bairro, considerada a mais perigosa. Já a preocupação com a rua é menor, os moradores varrem apenas o próprio passeio. A relação com o bairro é menor ainda, a ideia de pertencimento não

está presente nos moradores. A grande maioria espera alguém que faça alguma coisa por eles.

Clima | O micro clima urbano na localidade mostra-se desconfortável pela ausência de vegetação, apesar de ventilado.

Segurança | Enquanto alguns moradores se cercam com muros altos e grades, outros já deixam suas janelas e portas abertas, ou ainda há aqueles que têm em frente á suas casas áreas abertas com muros baixos, estabelecendo relação direta com a rua e com a vizinhança. Este segundo grupo pode ser encontrado com mais frequência na Rua Souza Uzel e nos arredores do Terreiro. Nas demais ruelas, as casas ficam, na maior parte do tempo, fechadas e com artifícios que garantam mais segurança.

No decorrer das percepções, realizadas nos períodos da manhã, tarde e noite, os membros do Curiar não identificaram ameaças ou situações de perigo.

c) A relação da comunidade com o Terreiro do Gantois

A falta de identificação com o Terreiro do Gantois é notada nos moradores que não são adeptos ao candomblé. O patrimônio e a sua importância histórica para aquele assentamento e para Salvador passa despercebida por estes moradores, que consideram o bem tombado como mais um edifício na comunidade.

No período de registro de percepções, notou-se a presença de muitos turistas no local, em sua maioria estrangeiros, com o intuito de conhecer o Memorial Mãe Menininha do Gantois, localizado no interior do Terreiro.

d) Ponto de vista dos moradores para com o local

No decorrer das conversas informais, a comunidade mostrou-se simpática e receptiva ao diálogo. Os principais pontos abordados foram sobre a vida no Gantois, o que poderia ser modificado e informações sobre a existência de lideranças comunitárias.

Como é viver no Gantois? | Todos os moradores entrevistados afirmam gostar de morar no Gantois, caracterizando-o como um bairro bem localizado, próximo a tudo e tranquilo. Uns falaram sobre as convivências pacíficas e que existe policiamento quando necessário, embora ainda seja um lugar perigoso em determinados horários e pontos específicos. Outros falaram sobre identificação, raízes e valores sentimentais com o espaço. Entretanto, os moradores também reconhecem que muita coisa pode melhorar e que pode ser feita. O que falta é iniciativa.

O que você mudaria? | Todos os entrevistados tiveram dificuldades em responder esta pergunta. Seguem os pontos mais citados pelos moradores: violência, a proximidade dos fios dos postes às janelas das casas, vias esburacadas, falta de policiamento e falta de equipamentos de lazer. Alguns moradores falaram também sobre mudanças na sua própria casa.

Existem lideranças comunitárias? | Quando perguntados sobre lideranças comunitárias uns falaram sobre o Sr. Rosiel e outros apontaram o Terreiro do Gantois. O presidente da associação, Sr. Rosiel, mostrou-se engajado e empolgado, mas não um realizador. Alguns dos entrevistados falaram sobre a ineficiência da associação. O Terreiro do Gantois, apesar de possuir trabalhos sociais (distribuição de cestas básicas e aulas de dança gratuitas), não se configura como uma representação dos moradores.

A inexistência de uma liderança, alguém que faça a população perceber o quanto é importante conhecer e se apropriar do lugar em que vivem, torna as melhorias do Gantois apenas desejos, difíceis de serem alcançados. Afinal, desejos são muitos, já as realizações de fato são quase inexistentes ou são feitas apenas dentro da própria casa.

Outros | Houve comentários sobre a existência de profissionais que trabalham/trabalhavam com obras construtivas e alguns moradores, durante o processo, reconheceram alguns membros do Curiar e falaram que se surpreenderam com 'gente de fora' fazendo atividades, como a da escadaria, que deveriam ser feitas pelos próprios moradores.

Levantamento do Histórico

Após a etapa de percepção e aproximação com a comunidade, foi realizado o levantamento do histórico do local com o intuito de valorizar e registrar as experiências significativas e a memória da comunidade, visto que estas são entendidas como elementos fundamentais na formação da identidade cultural individual e coletiva. A importância desta atividade pelo fato de que

(...) à medida em que avançam a ciência e a tecnologia, e novas ordens sociais se instauram com novos paradigmas, valores e linguagens, a ruptura com o passado torna-se inevitável. O esfacelamento da memória cultural e das tradições desvincula os homens de suas raízes, alienando-os e impossibilitando-os de compreender como e porque se dão as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Isso ocorre pois os faltam os elos que dão sentido aos acontecimentos, tornando-os, dessa forma, presas fáceis de manipulação e dominação. (ATZINGEN, 2012, p. 1)

Inicialmente, a metodologia utilizada baseou-se na investigação através de bibliografia e legislação concernentes à área de estudo para, em um segundo momento, acontecer a catalogação da história oral, contada de geração para geração.

Aplicação de questionários e contato com parceiros

A etapa seguinte, ainda em andamento, consiste na aplicação de questionários com o objetivo de obter dados mais consistentes sobre a população local, como quantidade de moradores, emprego, renda familiar e escolaridade. Além destes quesitos, são feitas perguntas sobre a dinâmica e a relação do morador com o local com o intuito de encontrar as necessidades reais, do ponto de vista dos moradores.

Juntamente a essa etapa, serão feitos contatos com o Serviço de Assistência Jurídica da UFBA (SAJU), com o propósito de adquirir conhecimentos relativos à identificação de pessoas com perfil de liderança para um posterior processo de capacitação de líderes comunitários mobilizadores. Entende-se aqui como líderes mobilizadores, conceito utilizado por Nunes (2002), aqueles com a

capacidade natural de persuadir as pessoas e de mobilizá-las em prol das iniciativas coletivas, mas com a necessidade de serem estimulados para se distinguir dos demais.

Próximas etapas

A etapa subsequente, ainda não executada, consistirá no levantamento de dados para análise técnica e posterior elaboração de materiais cartográficos, contemplando uso do solo, gabarito das edificações, estado de conservação, levantamento de vias, topografia, equipamentos públicos, infraestrutura, entre outros. Após esta fase acontecerá a elaboração do diagnóstico técnico final e sua exposição à comunidade.

Em outro momento, serão propostas intervenções coletivas, como, por exemplo, conscientização acerca do lixo (juntamente com grupos que vêm desenvolvendo trabalhos nesta área) e realização de plantio e arte urbana, com base nos resultados do diagnóstico final.

Por fim, será elaborado juntamente com os moradores, o *Plano Participativo de Melhorias Arquitetônicas e Urbanísticas para a Comunidade do Gantois e o seu Entorno*, que deverá compreender material cartográfico, composto por descrições de vias, edificações, usos do solo, vegetação, tipologias, assim como novos projetos destinados à requalificação do espaço urbano e à autonomia da comunidade (associação de moradores, creche comunitárias, entre outros). Ao ser finalizado, deverá ser entregue à comunidade do Gantois, à comunidade acadêmica e à Prefeitura Municipal de Salvador.

CONCLUSÃO

Ressalta-se aqui a importância da apreensão do espaço público e do autoconhecimento do nosso papel nesse espaço - seja através das intervenções coletivas, do entendimento da sua própria historicidade, seja da reflexão acerca do local onde se vive, culminando em uma posterior ação, como fundamentais para a aprendizagem das questões inerentes não só às lógicas do urbanismo, mas da cidadania. Desta forma, aos poucos, transmite-

se a ideia do cuidado, identificação, respeito e preservação da cidade, do espaço comum, do patrimônio edificado.

Alguns resultados, como explicitado no corpo do artigo, já foram alcançados e é esperado que este projeto contribua para a aprendizagem de cidadania, no sentido de preparar as pessoas para a participação e para um engajamento comunitário autônomo e continuado. Uma mudança em relação a uma visão simplificada da realidade para uma prioritária deverá emergir, juntamente com a capacidade de eleger demandas e acompanhar processos de organização e de implantação do que foi planejado, assumindo, assim, maior parcela de controle sobre o seu espaço, com vistas a assegurar as condições adequadas para sua reprodução social, ambiental e urbana, configurando um pleno direito à cidade.

Espera-se, por fim, também capacitar os estudantes com uma visão prática dos conhecimentos teóricos adquiridos nas disciplinas relativas ao projeto arquitetônico e urbanístico, à tecnologia construtiva e a outros saberes interdisciplinares, além de exercitar o olhar crítico sobre a cidade, visando aprofundar a consciência ética, fundamental para a atuação profissional de maneira socialmente responsável, através das trocas de experiências, para alcançar o bem comum em uma cidade inclusiva.

REFERÊNCIAS:

ATZINGEN, N. V. **Importância da preservação da memória.** 2012. <<http://www.hiroshibogea.com.br/?p=9317>>. Data de acesso: 03/03/2013.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, RJ

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETOS E TÉCNICOS EM MONUMENTOS HISTÓRICOS, 2., 1964. **Carta de Veneza.** Veneza, 1964.

DEBORD, G. **Teoria da deriva.** In: BERESTEIN, Paola. Apologia da deriva. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2003, p. 87-92

FENEA. **POEMA - Projeto de Orientação a Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo.** Florianópolis, SC. 2007

IPHAN (Brasil). **Processo nº 1471-T-00**. São Luiz, Maranhão. 2002

NUNES, Débora. **Pedagogia da participação: trabalhando com comunidades**. Salvador: UNESCO / Quarteto, 2002.

PENA, J. S.; WAN-DALL JUNIOR, O. A. **Partilha e conflito no espaço público: experiências urbanas na cidade de Salvador**. Revista Redobra, nº 9. Salvador, 2012, p.47.

SALGADO, E. C. O.; SALGADO, F. G. A. **Plano de bairro: no limite do seu bairro uma experiência sem limites**. José Police Neto (Org.). São Paulo: Edição dos autores, 2011.

SALVADOR. **Lei nº 3.590, de 16 de dezembro de 1985**. Cria, delimita e Institucionaliza, como Área de Proteção Cultural e Paisagística, a área do Candomblé Ilê Iyá Omin Axélyamassê (Terreiro do Gantois) e dá outras providências. Coletânea Procuradoria Geral do Município, Salvador, 1985.

VIEIRA NETO, J.P. **Direito à memória, educação para o patrimônio e participação popular na formulação das políticas públicas patrimoniais**. Instituto da Memória do povo cearense, 2012. <<http://www.imopec.org.br/?q=node/310>>. Data de acesso: 01/02/2013.